

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 21

O GLOBO - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Receita autoriza Temu, da China, a operar no Remessa Conforme	3
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Receita Federal autoriza Temu a operar no Brasil	4
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Orçamento deve receber limite extra de R\$ 15,7 bi	6
O GLOBO - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
'Não há isenção para cesta básica, por que deve ter para blusinha?'	7
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Transação tributária	9
FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA SEGURIDADE SOCIAL	
Dívida com a Previdência chega R\$ 248 bi, diz CNM	10
O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA SEGURIDADE SOCIAL	
Municípios defendem reforma tributária para mitigar dívidas	11
AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 3	13
FOLHA ONLINE - SP - OPINIÃO SEGURIDADE SOCIAL	
Como é a Previdência do país com maior número de idosos?	14
FOLHA ONLINE - SP SEGURIDADE SOCIAL	
Saiba enviar a declaração do Imposto de Renda sem erros para receber a restituição antes (Imposto de Renda)	17
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Liberação de jogos de azar e apostas no Brasil	19
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Focus mina projeções de Selic em um dígito	20
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA ECONOMIA	
Mercado passa a ver Selic a 10% no fim de 2024, mostra Focus	21
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
"Fed não sabe bem o que ocorre com a inflação"	22

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado eleva projeção para Selic a 10% este ano 24

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Queda da inflação deve ser temporária, diz estudo 26

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Dólar avança e Ibovespa recua junto com Treasuries 28

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ZERO HORA
ECONOMIA

Perda de pelo menos R\$ 40 bi no PIB 29

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado piora projeções para Selic, PIB e inflação 31

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
ECONOMIA

Força-tarefa do IBGE auxilia municípios na reconstrução 32

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Mercado volta a elevar a previsão para a taxa básica de juros em 2024 33

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
ECONOMIA

Governo federal zera tarifa de importação de arroz até dezembro 34

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SAQUE ANIVERSÁRIO

Uso do FGTS como garantia para ter juros mais baixos 35

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SAQUE ANIVERSÁRIO

Saque-aniversário em debate 37

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Taxa real terá que ficar em 5,5% para equilibrar economia 38

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Japão tem maior retorno de títulos desde 2013 39

Receita autoriza Temu, da China, a operar no Remessa Conforme

**BERNARDO UMA bernardo.lima@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA**

A **Receita Federal** autorizou a Temu, operação de venda on-line internacional da Pinduoduo, terceira maior plataforma de serviços digitais da China, a operar dentro do Remessa Conforme. O programa permite que a empresa traga mercadorias abaixo de US\$ 50 sem pagar imposto de importação de 60% e facilita o desembaraço das cargas.

Criada em 2022 pelo grupo Pinduoduo, a Temu é uma mistura da Shopee e Shein, por vender de tudo, desde móveis até eletrônicos, roupas e utensílios domésticos de pequeno valor. Com o mote "compre como um bilionário", o app da Temu estreou fora da China nos EUA e rapidamente ganhou popularidade, superando as vendas da Shein.

Neste ano, o app da Temu é o quinto mais baixado no mundo, atrás somente das redes sociais TikTok, Instagram, Facebook e Whatsapp, segundo ranking do site App Magic. Na categoria compras, o aplicativo ocupa a liderança mundial e está na 54-posição em número de downloads no Brasil. Embora possa ser baixado, as compras ainda não estão disponíveis aqui.

A entrada da empresa chinesa no mercado on-line brasileiro se concretiza com a autorização para entrar no Remessa Conforme. Em vigor desde agosto de 2023, o programa do Ministério da Fazenda funciona por adesão. As empresas que participam têm o Imposto de Importação para compras de até US\$ 50 zerado -antes, era de 60%.

O programa também vai permitir que a empresa pague ICMS (imposto estadual) de 17%, sobre compras de qualquer valor. Antes do programa, havia diferentes alíquotas do imposto estadual para essas compras.

Além da Temu, a Receita autorizou a adesão no Remessa Conforme da 3cliques, da importadora chinesa Shenzhen Yiminghui; e da Tiendamia, da americana Xipron Inc.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Receita Federal autoriza Temu a operar no Brasil

Adriana Mattos De São Paulo

A chinesa Temu, do grupo Pinduoduo, terceira maior plataforma de serviços digitais da Ásia, já pode começar a vender produtos no Brasil, como antecipou ontem o Valor Pro, site de notícias em tempo real do Valor.

A autorização para o funcionamento foi dada dentro das regras do programa Remessa Conforme, segundo consta em ato declaratório no Diário Oficial da União publicado ontem, e no site da **Receita Federal**.

O site da Temu informou ontem que estará "disponível em breve". A empresa concorre diretamente com AliExpress (sua rival direta no mundo) e com Shopee, e é conhecida globalmente por vender de tudo a preços baixos, e pelas críticas de governos por conta de supostas importações de produtos falsificados.

Pelo Remessa Conforme, a empresa poderá vender produtos de lojistas asiáticos ao país sem a cobrança ao consumidor dos 60% de imposto de importação em envios abaixo de US\$ 50. Mas ainda cobrando 17% de ICMS sobre o valor.

Passada a fase de certificação, é preciso que a Temu seja capaz de fazer a nacionalização antecipada das importações, uma regra determinada pelo programa, e dessa forma, os clientes podem usufruir da isenção. Uma de suas transportadoras será a J T Express.

A certificação foi solicitada por meio da Elementary Innovation Pte, o braço de negócio da Temu sediado em Cingapura. Os sistemas de tecnologia ainda estão em fase de implementação pelo grupo.

A Temu virou uma gigante global do comércio eletrônico. Foi criada em 2022 pelo Pinduoduo, companhia que, em valor de mercado dos grupos chineses, está atrás só da Taobao, do Alibaba, e do Douyin, dono do "Tik Tok da China".

Ocorreu um recente "boom" de certificações ao Remessa Conforme pela Receita, ao mesmo tempo em que indústrias e varejistas nacionais redobram a pressão sobre governo e parlamentares pelo fim da isenção do imposto de importação aos grupos estrangeiros.

Apenas entre fim de abril e o dia de ontem, o número de autorizações pela Receita foi o mesmo de todo 2023, no intervalo de agosto a dezembro. E parte das certificações foi a sites estrangeiros.

Nos últimos 30 dias corridos, foram seis liberações, incluindo uma segunda para a Shein - mesmo número de certificações do ano passado.

Foram beneficiadas com o sinal verde para operar por aqui a 3cliques, da importadora chinesa Shenzhen Yimingshui, a Tiendamia, da americana Xipron Inc, e no fim de abril, a Shein teve outra certificação liberada, por meio de outra empresa, a Mercuiy Shein.

Além delas, tiveram aval as brasileiras Cronosco, da Cronos Comércio e Importação, Fornececlub, da A2 Negócios e a Life One, da Global Four Importação.

A entrada de novos grupos no programa acontece de forma concomitante a mudanças em artigos da portaria que define regras para entrar no Remessa Conforme.

Foi flexibilizada a exigência de monitoramento de vendedores cadastrados nos sites das plataformas. Trata-se de um controle que colocava as plataformas no centro das cobranças de eventuais irregularidades nas importações.

Pela portaria 130/2023, de julho, era obrigatório o fornecimento de um documento oficial com detalhes da política de admissão e de monitoramento de lojistas no "app" e site das companhias.

Mas, desde fevereiro, com uma nova portaria, a 140/2024, passou a ser necessário apenas declaração da própria empresa afirmando que possui programa de conformidade tributária e **aduaneira**, e que ela tem política de admissão de lojistas.

"Isso compromete a conformidade do programa e prejudica a fiscalização e o controle", diz o diretor de uma plataforma já autorizada pelo Fisco.

Além disso, inicialmente, pela portaria de 2023, era necessário que a empresa que buscasse o aval possuísse contrato com os Correios ou empresa de courier. Agora, com um contrato fechado direta ou indireta-mente junto à estatal ou ao couriers, já pode

ser dada a liberação, o que também pode abrir questionamento da responsabilidade no tráfego dos produtos, dizem fontes do setor.

Procurada, a Receita não se manifestou até o fechamento desta edição.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187879>

Orçamento deve receber limite extra de R\$ 15,7 bi

Lu Aiko Otta, Guilherme Pimenta e Jéssica Sant'Ana

O governo deverá liberar nos próximos dias um crédito suplementar de R\$ 15,7 bilhões ao Orçamento federal. Com isso, será possível acomodar despesas obrigatórias que crescem acima do esperado pelo governo, como as dos benefícios previdenciários e assistenciais. O detalhamento do uso do crédito, porém, ainda está em construção, segundo informou uma fonte da área econômica.

A perspectiva de liberação do limite extra gerou disputas dentro do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, queria utilizar parte desses recursos para conceder reajustes salariais a categorias específicas do funcionalismo. No entanto, a margem que conseguiu foi insuficiente para atender a todos os casos emergenciais, por isso optou-se por fazer outro uso do espaço fiscal.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse algumas vezes que o crédito suplementar seria utilizado para cobrir despesas já contratadas, como é o caso da **Previdência Social**.

A evolução das despesas, sobretudo as obrigatórias, tem sido fator de incerteza dentro do próprio governo em relação ao cumprimento da meta fiscal deste ano. Enquanto dados preliminares apontam para receitas próximas às projeções no primeiro quadrimestre do ano, as despesas têm surpreendido para cima. "Essa será uma preocupação constante até o fim do ano", comentou uma fonte com acesso aos dados do Orçamento.

Esse era o quadro antes das cheias do Rio Grande do Sul. A catástrofe ambiental, seus impactos na economia e o custo da reconstrução se somam às dúvidas sobre o desempenho das contas públicas, mas seus impactos ficarão de fora tanto do cálculo da meta de resultado primário quanto dos limites de gastos. O impacto será na dívida pública.

O governo divulga na quarta-feira (22) novas projeções para as receitas e despesas, e o resultado primário esperado no ano. A meta fixada para 2024 é de déficit zero, com margem de tolerância de até R\$ 28,8 bilhões. No relatório divulgado em março, a projeção já apontava para um rombo de R\$ 9,3

bilhões, e foram bloqueados R\$ 2,9 bilhões.

Se as novas projeções apontarem piora, pode haver novo bloqueio (se as despesas estiverem acima do limite do arcabouço) ou contingenciamento (se o déficit estiver maior do que a banda da meta). O mais provável é que o governo não anuncie nem bloqueio nem contingenciamento, avaliou o economista-chefe da AZ Quest, Alexandre Manoel. "O que não quer dizer que esteja tudo bem", acrescentou.

A consultoria estima que, no primeiro quadrimestre, as receitas primárias tenham ficado perto de R\$ 12 bilhões abaixo do projetado. A arrecadação diretamente administrada pela **Receita Federal** está de acordo com o esperado, mas há frustração nas demais receitas, que abarcam concessões, dividendos e outros.

Segundo Manoel, não há clareza, por exemplo, se as receitas decorrentes de julgamentos no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** estão gerando os resultados esperados. Já as projeções para receitas com concessões e outorgas parecem otimistas demais em relação às informações de mercado a respeito dos contratos. "Vou ficando cético de que a meta zero vá acontecer", comentou.

Ele acredita que o crédito suplementar de R\$ 15,7 bilhões só será liberado depois do dia 22. Se for liberado antes, esse valor será somado às despesas primárias e elevará o déficit. Nesse caso, o governo poderia ser obrigado a contingenciar despesas, explicou o economista.

Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), avalia que o fiscal não está em um momento confortável para a abertura do crédito. "Não tem tanto espaço para além do que já está no Orçamento, se levar em conta as metas fiscais para este ano", afirmou.

Haddad defende uso de crédito extra para despesas já contratadas, como **Previdência Social**

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187879?page=1§ion=1>

'Não há isenção para cesta básica, por que deve ter para blusinha?'

CAPITAL MARIANA BARBOSA
*mariana.barbosa@sp.oglobo.com.br SÃO PAULO E
BRASILIA (Colaborou Victoria Abel)*

O Congresso pode votar entre hoje e amanhã o fim da isenção de **tributos** para compras internacionais de até US\$ 50 - que coloca em lados opostos a indústria e o varejo nacionais e as plataformas de e-commerce asiáticas, como Shein e Shopee.

-Quem votar contrao projeto é contra o país - diz o CEO da Renner, Fabio Faceio, que saiu de um estado de emergência em Porto Alegre, sede da empresa, envolvido com ações de apoio à população afetada pelas enchentes, para acompanhar em Brasília as discussões sobre o projeto que vê como urgente para a sobrevivência da indústria.

-A gente nunca viu na história geopolítica mundial um país que fizesse protecionismo às avessas como estamos vendo no Brasil, que cobra 90% da sua própria indústria e isenta de **impostos** as estrangeiras, que são isentas de **impostos** em seus países de origem. Não aprovar esse projeto é aprovar a desindustrialização -afirma, lembrando que, no ano passado, só o setor têxtil perdeu 30 mil postos de trabalho.

A isenção do imposto de importação até US\$ 50 (R\$ 250) foi a forma encontrada pela **Receita Federal** para regularizar importações via e-commerce, que eram feitas simulando venda entre pessoas físicas para não pagar imposto.

A isenção do Remessa Conforme, contudo, era para ser temporária. A cobrança estava originalmente prevista para outubro, com alíquota menor, de 30% a 40%, mas até hoje não foi adotada.

Sem definição por parte do governo, o fim da isenção foi incluído no início do mês pelo relator Atila Lira (PP-PI) no projeto de lei que cria o programa Mover, de incentivos riscais para a indústria automotiva. A medida, contudo, enfrenta resistência do PT -que teme que o "imposto das blusinhas" afete a popularidade do presidente Lula.

-É tão evidente que precisamos de regras iguais para o produto nacional e estrangeiro que os sindicatos de trabalhadores estão se mobilizando com a gente e

falando em nome da indústria nacional. Isso é raro -diz o CEO da Riachuelo, André Farber, que deu entrevista com o concorrente.

CLASSE C NÃO PODE?'

A Shein está com seu time em Brasília, mobilizada para tentar barrar o fim das isenções. O argumento da plataforma de moda chinesa é que a cobrança prejudica o acesso da população mais pobre a produtos mais acessíveis. Em conversa com a coluna Capital semana passada, a diretora de Assuntos Governamentais da Shein, Ana Beatriz Lima, comparou a isenção de US\$ 1,5 mil para quem viaja de avião (incluindo free shop) à isenção de US\$ 50 no e-commerce.

-Para as classes A e B, que viajam para o exterior, há a isenção. Já a classe C não pode comprar uma blusinha isenta? -questionou.

Faceio rebate o argumento da empresa: -É uma narrativa falsa. Um estudo da Nielsen mostrou que 60% dos consumidores da Shein são de classe A e B. A isenção de US\$ 1,5 mil poderia ser menor. Mas estamos falando de R\$ 2 bilhões em gastos com dutyfree contra R\$ 50 bilhões. É outra ordem de grandeza. Não existe isenção para produtos da cesta básica, por que deveria ter para "blusinha importada"?

Desde que aderiu ao Remessa Conforme, a Shein vem absorvendo o custo da alíquota de 17% do ICMS, sem repassar para o preço final. No entanto, a empresa tem sinalizado que não tem como absorver mais uma alíquota de 60% e que a medida elevaria a carga total da importação para 92%.

-Incrível eles falarem isso, que podem sair do país se a alíquota for a 90%. Bem-vindo ao nosso mundo. A nossa carga tributária já é de 90%. E estamos gerando emprego. Essa é a grande demonstração de que o regime de isenção é de profunda desigualdade tributária e que a retórica deles não para em pé. A gente não quer benefício, apenas isonomia. Se é para ter produto mais acessível para os mais pobres, reduz meu imposto que o produto que vendo por R\$ 30 baixo para R\$ 15 -diz Farber.

Quatro argumento dos defensores da isenção até US\$ 50 é que é uma prática comum em cerca de 90 países.

- É uma meia verdade. Muitos países têm carga menor que a nossa, e o problema é menos grave. Os EUA estão revendo. Nenhum país do Brics dá isenção. A Indonésia baixou a isenção para até US\$ 3 e no dia seguinte as plataformas foram embora.

O vice-presidente Geraldo Alckmin disse ontem que defende que a volta do imposto para compras até US\$ 50 por pessoa física seja separada do Mover. A exclusão do tema que é estranho ao escopo original do projeto ajudaria a garantir a votação hoje.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Transação tributária

(Beatriz Olivon, de Brasília)

A **Receita Federal** e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) lançaram ontem edital de transação por adesão para dívidas decorrentes de contratos de afretamento de embarcações ou plataformas petrolíferas. São cobranças de Imposto de Renda (IRRF), Cide, PIS e Cofins sobre remessas ao exterior para pagamentos desses contratos. Os contribuintes que aderirem terão acesso a descontos que podem variar de 35% a 65% do valor em aberto da dívida, a depender do plano de pagamento escolhido. A adesão poderá ser realizada até 31 de julho. Os débitos que poderão ser indicados são aqueles cujas cobranças são objeto de contencioso administrativo ou judicial envolvendo discussões sobre "incidência do IRRF, da Cide, do PIS e da Cofins sobre remessas ao exterior, decorrentes da bipartição do negócio jurídico pactuado em um contrato de afretamento de embarcações ou plataformas e outro, de prestação de serviços, nos termos da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997". A tese é uma das principais para a Petrobras no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. A adesão da empresa poderia colocar um fim em processos que somam R\$ 55,234 bilhões e, ao mesmo tempo, ajudar o governo na missão de zerar o déficit primário neste ano.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187879>

Dívida com a Previdência chega R\$ 248 bi, diz CNM

Tão logo tomou posse, ontem, em Brasília, para mais um mandato à frente da Confederação Nacional dos Municípios, o presidente Paulo Ziulkoski fez uma ampla avaliação das dívidas previdenciárias, a desoneração da folha de pagamento e o impacto dos desastres naturais nos municípios. "Os problemas, as mazelas das prefeituras do Brasil têm espectro muito mais amplo do que a mídia tem abordado", alertou.

Sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2023, em tramitação no Senado, além de tratar do endividamento dos municípios do regime geral prevê, segundo ele, a desoneração permanente da folha de pagamento, mudanças no regime de pagamento dos precatórios, dentre outros pontos. "O valor das dívidas de 4,2 mil prefeituras com o sistema regime geral é de R\$ 248 bilhões. Está em negociação, o chamado refis, e o volume de recursos não implica em nenhum tipo de recurso da União", disse.

Pelos dados da CNM, além da situação das prefeituras com a previdência geral, 81% dos 2.180 municípios com Regime Próprio de **Previdência Social** (RPPS) têm débitos; e o valor da dívida está em mais de R\$ 312 bilhões. No entanto, segundo Ziulkoski, a questão mais grave é o impacto do aumento da folha, assim como o cálculo atuarial dos Fundos Próprios de Previdência.

"Esses 2.180 municípios devem R\$ 1,1 trilhão de passivo atuarial", denunciou, acrescentando que o pagamento do valor atrasado supera 100% da folha dos municípios.

"O funcionalismo público cresceu 12,5% entre 2010 e 2022, aumentou de 11 milhões para 12,4 milhões.

Contudo, enquanto a União e os Estados tiveram contingente de 2,4% e 10,2% maior, respectivamente, as prefeituras precisaram contratar 31% a mais, passando de 5,8 milhões para 7,6 milhões. A maior expansão de servidores foi nas atividades sociais, pois os municípios tiveram de aumentar a quantidade de servidores, de 2,5 milhões para 3,8 milhões, para atender às demandas e executar os programas federais", informou.

O presidente da CNM tratou também da Emenda Constitucional (EC) 20/1998. Informou que capitais e grandes cidades possuem o fundo próprio, mas a

definição das alíquotas, ao longo das duas últimas décadas, foi desvirtuada, tornando o fundo inconstitucional. "Quando se criou o fundo e se colocou a alíquota de 12% para a prefeitura e 5% para o servidor, o fundo ficou insustentável e desobedece à Constituição, que diz que para ter fundo próprio tem que ter equilíbrio atuarial", afirmou.

Ele também comentou sobre a inclusão de quem não paga a dívida previdenciária no Cauc. O Rio Grande do Sul tem a maior quantidade de municípios com fundo próprio e dívida de R\$ 2,3 bilhões e, na Bahia, a maioria dos municípios têm a previdência geral e é por isso que a "Bahia concentra 22% da dívida dos municípios - R\$ 44 bilhões". Em relação aos problemas dos municípios com RGPS, Ziulkoski defendeu estender a Reforma da Previdência de 2019 aos municípios e disse que o governo se mostrou favorável a isso.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/qdpt/#p=1>

Municípios defendem reforma tributária para mitigar dívidas

IGOR WILSON Da Redação

A 25ª edição da Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios começou ontem e vai até esta quinta- -feira (23). O evento, promovido pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e que ocorre no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), reúne cerca de dez mil representantes de prefeituras de todo o País, entre prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e secretários municipais.

Com o tema "Pacto Federativo: um olhar para a população desprotegida", a CNM espera mostrar aos altos representantes do Executivo e do Legislativo a necessidade de uma revisão tributária que destine mais recursos e mitigue as dívidas municipais. Em resumo, a situação é que mais de 80% dos municípios arrecadam menos do que suas despesas, que aumentaram progressivamente nos últimos anos.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, abriu o evento detalhando a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2023, em tramitação no Senado Federal, com destaque para a emenda de Plenário 6, de autoria da entidade.

Além de tratar do endividamento dos municípios do regime geral, a proposta também prevê a desoneração permanente da folha de pagamento, mudanças no regime de pagamento dos precatórios, entre outros pontos.

"O valor das dívidas de 4,2 mil prefeituras com o sistema regime geral é de R\$ 248 bilhões.

Está em negociação o chamado Refis, e o volume de recursos não implica em nenhum tipo de recurso da União", destacou Ziulkoski.

PREVIDÊNCIA Pelos dados da CNM, além da situação das prefeituras com a previdência geral, 81% dos 2.180 municípios com Regime Próprio de **Previdência Social** (RPPS) têm débitos; e o valor da dívida está em mais de R\$ 312 bilhões. No entanto, segundo Ziulkoski, a questão mais grave é o impacto do aumento da folha, assim como o cálculo atuarial dos Fundos Próprios de Previdência.

"Esses 2.180 Municípios devem R\$ 1,1 trilhão de passivo atuarial", denunciou dizendo que o pagamento

do valor atrasado supera 100% da folha dos Entes municipais.

"O funcionalismo público cresceu 12,5% entre 2010 e 2022, aumentou de 11 milhões para 12,4 milhões. Contudo, enquanto a União e os Estados tiveram contingente de 2,4% e 10,2% maior, respectivamente, as prefeituras precisaram contratar 31% a mais, passando de 5,8 milhões para 7,6 milhões. A maior expansão de servidores foi nas atividades sociais, pois os municípios tiveram de aumentar a quantidade de servidores, de 2,5 milhões para 3,8 milhões, para atender às demandas e executar os programas federais", explicou o presidente da CNM.

Os gestores municipais querem que o governo federal mantenha a desoneração da folha do **INSS** em 8% ao invés de 20%, que os pagamentos dos precatórios atinjam no máximo 1% da receita corrente líquida dos municípios e que a dívida com a previdência seja corrigida tendo como base os juros da poupança ao invés da taxa Selic.

"Queremos que o governo federal mantenha a desoneração em 8%. Durante a pandemia caiu para 8% e agora eles querem subir para 20%", não temos condições", disse Nélio Aguiar, prefeito de Santarém e atual presidente da Federação das Associações dos Municípios do Pará (Famep), presente no evento.

Para ele, a desoneração, que foi recentemente mantida por 60 dias após decisão do ministro do STF, Cristiano Zanin, deve ser prolongada este ano.

"Esperamos que não fique só por 60 dias. Que no mínimo fique por todo esse ano. E que a reoneração seja paulatina ao longo dos anos. Tipo, 8% nesse ano, 12% no ano que vem etc", explicou Nélio Aguiar.

Conheça as principais reivindicações do CNM

Desoneração Uma das pautas prioritárias do movimento municipalista, a desoneração da folha de pagamento dos Municípios foi tema do Conselho Político.

Ziulkoski destacou que a Marcha será um momento de avançar nos debates com o governo e o Congresso Nacional a fim de que a questão tenha uma solução. "A desoneração é fundamental. Mas ela é apenas a

ponta do iceberg. A questão previdenciária nos Municípios está terrível. Nossa proposta é uma questão importante e temos que negociar com o governo para atender tanto aos Municípios que são do regime geral [Regime Geral de **Previdência Social**] quanto aos que estão no regime próprio [Regime Próprio de **Previdência Social**]", explicou. O líder do movimento esclareceu que a proposta que vem sendo construída pela CNM espera trazer alívio para a previdência dos Municípios em vários aspectos.

Reforma Tributária Sobre a regulamentação da **Reforma Tributária**, Ziulkoski chamou a atenção dos prefeitos e dos líderes estaduais para que sejam atuantes no debate e garantam que os interesses dos Municípios sejam preservados durante o processo. "A **reforma tributária** é uma questão importante e isso vai incendiar a partir das leis complementares que vão regulamentar o texto, e a gente precisa estar atento a essa pauta", lembrou o presidente.

Royalties Ziulkoski também pediu o apoio dos presidentes na coleta de assinaturas de mais um abaixo-assinado pelo julgamento das ações que suspenderam, de forma monocrática, a distribuição igualitária dos royalties de petróleo. Pauta prioritária encabeçada pela CNM, a medida proporcionaria repartição mais justa e equitativa dos royalties e participações especiais decorrentes da extração petrolífera na camada do pré-sal. Após uma década perdida, os prejuízos aos Municípios brasileiros ultrapassam R\$ 80 bilhões.

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-877cca71f29f66009d558e2516da94d2.pdf

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 3

Publicado em 21/05/2024 - 06:48
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta terça-feira (21) a parcela de maio do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 3.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 682,32. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 20,81 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,18 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 250 mil de famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras

estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 170 mil de famílias foram incluídas no programa neste mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Regra de proteção

Cerca de 2,59 milhões de famílias estão na regra de proteção em maio. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 370,87.

Auxílio Gás

Neste mês não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias cadastradas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em junho.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-05/caixa-paga-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-3>

Como é a Previdência do país com maior número de idosos?

Atento aos comentários dos leitores, este colunista resolveu abordar algo mais propositivo e enfrentar alguns pontos inquietantes do ponto de vista previdenciário: a longevidade do brasileiro, o aumento da clientela do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e o impacto das despesas previdenciárias. Tudo isso resvala no envelhecimento da população e a (in)sustentabilidade das contas da Previdência. Sendo assim, o presente artigo leva em consideração o cenário extremo do Japão, o país do mundo com uma das maiores longevidades, embora o parâmetro etário de aposentação seja semelhante ao do Brasil.

O país com a população mais velha do mundo tem como desafio a sustentabilidade de um sistema previdenciário que necessita custear um exército de longevos. Portanto, em se tratando de abaulamento da pirâmide demográfica e seus gastos, o presidente do "**INSS** japonês" talvez seja a pessoa com maior desafio no globo terrestre. É uma referência para os outros regimes previdenciários do mundo, pois o Japão lida com uma realidade no seu sistema previdenciário, a qual países jovens, como o Brasil, irá se deparar.

Receba no seu email uma seleção de colunas e blogs da Folha

Carregando...

Mas nem por isso a Previdência japonesa tem sido tão dura com o trabalhador que precisa se jubilar. Pelo contrário, houve uma contrarreforma alterando a carência de 25 anos para 10 anos de contribuição, a fim de facilitar que mais pessoas ao atingirem 65 anos se aposentassem. E olha que não são poucas. E um terço da população tem mais de 65 anos.

O Japão tinha uma população de 123,3 milhões de habitantes em 2023, tinha uma expectativa de vida de 61 anos na década de 50, alcançou a marca de 85 anos em 2023 e em 2100 tem a projeção de bater 94,2 anos. Já no Brasil a população projetada pelo IBGE para 2024 é de 217 milhões de habitantes, com expectativa de vida em 1950 de apenas 46,8 anos e, conforme recenseamento de 2022, o brasileiro vive em média 75,5 anos.

Na lista mais recente do FMI (Fundo Monetário Internacional), o **PIB** do Japão em 2023 é de US\$ 4,2

trilhões, ocupando a quarta economia do mundo, enquanto o **PIB** brasileiro é de US\$ 2,1 trilhões. Em outras palavras, o **PIB** do Japão é o dobro do Brasil.

Portanto, tem mais capacidade de gasto em despesas previdenciárias, mas em compensação os valores nominais praticados são proporcionalmente maiores. De acordo com o Trading Economics, o salário médio mensal do país é 446 mil ienes, o que equivale a cerca de R\$ 14 mil. No Brasil, a média salarial japonesa é quase o dobro do teto máximo da **Previdência Social**, atualmente em R\$ 7.786,02.

A pujança econômica do Japão é totalmente diferente do Brasil. Portanto, o caixa do Tesouro Nacional japonês é mais elástico. Comparar dois países tão diferentes do ponto de vista econômico e cultural não é tarefa fácil, mas importante considerando as dificuldades que teremos no futuro. Revela-se que é possível a proteção social e a dignidade previdenciária andarem juntas, mantendo um sistema de pensionamento sem tanta agressividade nas regras de acesso aos benefícios. Vejamos as comparações:

Há anos o Japão é o protagonista na expectativa de vida mundial. Atualmente a expectativa de vida do japonês é de 85 anos, enquanto a do brasileiro é 10 anos a menos (75,5 anos). Na terra do sol, o índice de habitantes com 65 anos ou mais (29,1%) é o mais alto do mundo, o que corresponde a cerca de 41 milhões de habitantes que já têm elegibilidade etária para se aposentar.

Esse envelhecimento, além de trazer mais despesas previdenciárias, também afeta a mão de obra no mercado de trabalho e implica na queda do crescimento econômico.

Um dos principais argumentos de toda reforma previdenciária é, além do envelhecimento populacional, a chamada aposentadoria precoce.

Apesar da expectativa de vida do japonês ser 10 anos maior que a do brasileiro, os requisitos das aposentadorias japonesas se aproximam com o modelo do **INSS**. Enquanto no Brasil o homem precisa ter 65 anos de idade e a mulher 62 anos, com o mínimo de 15 anos de contribuição, no Japão a Aposentadoria por Idade (rourei nenkin) admite que ambos os sexos tenham 65 anos de idade e o mínimo

10 anos de pagamento, embora o valor integral é viabilizado só para quem contribuiu por 40 anos. Em 2020, o valor integral correspondia a R\$ 25.600,00. Lá o aposentado japonês vive mais e gera maiores despesas que o brasileiro.

O requisito para se aposentar no Japão era de 65 anos de idade, homem ou mulher, e ter contribuído no mínimo 25 anos ao Sistema Nacional de Pensão do Japão. No entanto, em 2016 uma contrarreforma diminuiu o tempo mínimo de contribuição para 10 anos, aumentando o número de pessoas que possam se aposentar. Uma alteração desse naipe, abrandando a carência, aqui no Brasil é incogitável. As mudanças estruturais no sistema normativo do **INSS** são em sua maioria enrijecendo os requisitos de acesso ao benefício previdenciário.

O sistema previdenciário do Japão também admite a devolução de contribuição previdenciária. Uma espécie de pecúlio, que reembolsa os empregados (inclusive estrangeiros) que recolheram por poucos anos e recebem uma parte de volta. Aqui no Brasil também existia essa forma de ressarcimento do que foi gasto com a contribuição previdenciária, mas foi extinto no **INSS** desde 1994 com a promessa de que voltaria um dia, o que nunca aconteceu. Apesar do envelhecimento da população, há outros custos que repercutem na arrecadação da previdência japonesa.

De acordo com as regras da **Previdência Social** brasileira, a necessidade de pagar contribuição previdenciária começa para pessoas mais novas. No **INSS**, qualquer segurado obrigatório que exerce atividade urbana ou rural tem a idade mínima para se filiar de 16 anos, exceto para menor aprendiz, que é de 14 anos. No Japão, no caso da pensão básica (kiso nenkin), a necessidade de pagamento da contribuição previdenciária envolve autônomos ou estudantes maiores de 20 anos.

O financiamento do sistema de seguro assistência ao idoso do Japão conta com fundos do governo nacional, de cada governo local, do governo de cada distrito e das contribuições previdenciárias, sendo a do empregado na faixa de 18,3% a título de taxa da **previdência social** e do empregador também pagando percentual equivalente.

Aqui no Brasil há um cardápio de contribuições previdenciárias, nutrido pela lógica de que quem recolhe menos recebe proporcional, com alíquotas simplificadas de 5% e 11%. Todavia, em situação normal o contribuinte individual recolhe com 20% dos seus ganhos, respeitando o teto máximo, e o segurado empregado varia de 7,5% a 14%, com a participação do empregador.

No Japão, não há tanta diversidade de várias alíquotas previdenciárias. Considerando o índice de percepção de corrupção baixo daquele país, dificilmente o sistema de arrecadação previdenciária encontra dificuldade de evasão de recursos ou a banalização dos crimes de sonegação previdenciária ou de apropriação indébita previdenciária por parte de empregadores e do próprio governo, infelizmente tão recorrente aqui no Brasil.

Com tanto idoso precisando de renda, poderia se pensar que o sistema previdenciário do Japão tem mais mudanças que o brasileiro, correto?

É inegável que o envelhecimento populacional japonês traz implicações nas contas públicas e nas contas do Tesouro Nacional, principalmente as despesas previdenciárias. Por isso, ajustes e reformas previdenciárias são cíclicos. Mas, ao fazer uma análise da prestação previdenciária japonesa, comparada ao do **INSS**, a velocidade de mudança é bem menor.

Com intenso envelhecimento populacional e despesa previdenciária, era de se esperar que no Japão ocorresse um frenesi de reformas da **Previdência Social**. Nos últimos 30 anos, foram apenas três reformas nos anos de 1994, 2000 e 2016, sendo que esta última reduziu a carência da aposentadoria de 25 anos para 10 anos. No Brasil, nesse mesmo hiato temporal, ocorreram reformas constitucionais nos anos de 1998 (Emenda Constitucional n. 20), 2003 (EC n. 41), 2005 (EC n. 47), 2012 (EC n. 70), 2015 (EC n. 88) e 2019 (EC n. 103), sem contar as reformas no âmbito infraconstitucional, a exemplo de leis, decretos, medidas provisórias etc.

Mesmo em tese o Japão "precisando" de mais reformas previdenciárias, foram poucas nas últimas três décadas.

A contribuição previdenciária vertida ao Sistema Nacional de Pensão do Japão, dividida em duas faixas, não é destinada exclusivamente ao custeio da aposentadoria.

Todas as pessoas maiores de 20 anos de idade residentes no Japão devem contribuir à Previdência. Os trabalhadores empregados devem contribuir à Previdência por meio do seguro social (shakai hoken) e os que não trabalham ou trabalham com negócio próprio, através da previdência nacional (kokumin nenkin).

No caso do shakai hoken, o seguro social para trabalhadores empregados, a taxa de contribuição é descontada mensalmente do salário, incluindo a taxa do seguro de saúde e da **previdência social** (kousei nenkin). Esse seguro social oferece vários subsídios

como assistência médica, parto e pagamento do salário durante afastamentos por doença ou ferimento não causado pelo trabalho, entre outros.

Além do seguro saúde, quem está inscrito e paga por esse seguro social (shakai hoken) estará automaticamente contribuindo para receber a pensão básica (kiso nenkin) e ao seguro de pensão aos empregados (kousei nenkin). O titular que contribuiu ao shakai hoken, ao se aposentar, receberá duas aposentadorias.

Brasil e Japão estão em situações extremas, com dez anos de expectativa de vida separando um do outro. Embora o envelhecimento da população e a necessidade do custeio sejam problemas inerentes a ambos. Mas ninguém pode dizer que é uma surpresa a constatação de que a população mundial está vivendo mais. Não é exatamente uma surpresa. É até algo previsível. Em todo regime previdenciário que se preze deve levar a sério a ciência atuarial, que analisa e gerencia os riscos, inclusive a elevação da expectativa de vida. Infelizmente não é o que ocorre no **INSS**.

O principal problema é como se preparar para ter num sistema previdenciário tantos idosos, além de se cercar de cuidados para preservar o patrimônio previdenciário. Principalmente aqui no Brasil, em que reiterados governos encontram uma maneira de tirar proveito dessa fortuna acumulada de contribuição previdenciária, seja desviando para outros fins (com a desvinculação das receitas da União), não recolhendo sua cota-parte (sonegação de governos e empresas), não cobrando a contento de quem deve (execução fiscal pífia a do **INSS**), desonerando a folha (para gerar mais empregabilidade), entre outros problemas que minam por décadas a arrecadação e o equilíbrio financeiro previdenciário.

O problema talvez seja a seriedade com que cada Regime de **Previdência Social** encare os seus desafios, envolvendo não apenas a gestão administrativa mas seus governantes. É um argumento simplista colocar na conta que o déficit previdenciário é em razão do envelhecimento, quando sabemos que as fontes de financiamento do **INSS** são achincalhadas de diferentes maneiras.

A tendência de envelhecimento da população não é a causa principal dos gastos previdenciários nas contas públicas brasileiras, mas a própria administração dos recursos ou sua evasão. Quando o caixa da Previdência estava cheio, não se soube reter esses ganhos para enfrentar o envelhecimento do brasileiro. A Previdência não foi previdente.

Em outras partes do mundo o envelhecimento pode

até ser um desafio complexo, mas nunca foi sinônimo de inviabilidade de proteção social, como alguns cenários apocalípticos são projetados em desfavor do **INSS**.

Seja aqui ou no Japão, indiscutível que viver mais representa mais gasto no sistema previdenciário. O Sistema Nacional de Pensão do Japão só fez três reformas previdenciárias para ajustar esse característica estatística da população japonesa. Aqui o **INSS** não vem se preparando a contento para o envelhecimento do brasileiro. Agora mesmo estamos enfrentando mais uma versão da desoneração da folha que vai diminuir a arrecadação do **INSS**.

Enquanto este assunto não é levado a sério pelos nossos governantes, que terminam se intrometendo nas normas de arrecadação previdenciária, mais reformas previdenciárias serão o antídoto milagroso para fazer que brasileiro viva mais, mas ganhando menos.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Ótimo artigo. Para ser perfeito poderia detalhar como são no Japão as aposentadorias especiais dos marajás militares, membros do judiciário e outros que abocanham grande parcela do nosso **PIB**

O que achará a fsp deste artigo?

Este artigo precisa ser enviado aos nossos governantes.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/romulo-saraiva/2024/05/como-e-a-previdencia-do-pais-com-maior-numero-de-idosos.shtml>

Saiba enviar a declaração do Imposto de Renda sem erros para receber a restituição antes (Imposto de Renda)

Contribuintes que receberam rendimentos tributáveis acima de R\$ 30.639,90 em 2023 são obrigados a declarar o Imposto de Renda neste ano. Salário, aposentadoria e renda de aluguel, por exemplo, são rendimentos que, somados, podem obrigar a prestação de contas à **Receita Federal**.

Quem for obrigado a declarar precisa correr, porque o prazo está se encerrando: vai até 31 de maio, feriado prolongado de Corpus Christi. Enviar a declaração até a data-limite evita o pagamento de multa, que é de R\$ 165,74, no mínimo, mas pode chegar a 20% do imposto devido no ano.

O contribuinte que deixou para a reta final pode utilizar a declaração pré-preenchida. Segundo a Receita, 4 em cada 10 cidadãos estão optando pelo modelo, mas é preciso ficar atento ao que está no documento pré-preenchido, pois, se houver erro, o cidadão cai na malha fina e vai demorar mais para receber a restituição.

A declaração pré-preenchida traz os dados já enviados ao fisco por fontes pagadoras, que são empresas, bancos, hospitais, médicos, dentistas, planos de saúde, clínicas, cartórios de imóveis, financeiras, exchanges e órgãos do governo como o **INSS** (Instituto Nacional de **Seguridade Social**), facilitando a prestação de contas pelo contribuinte.

No entanto, o contribuinte precisa checar se todos os dados informados estão corretos. Segundo a Receita, as informações contidas no IR são de responsabilidade de quem envia, ou seja, do próprio titular da declaração.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O envio da declaração é feito pelo mesmo programa de preenchimento do Imposto de Renda, seja pelo computador, por celular ou tablet, ou pelo e-CAC (Centro de Atendimento Virtual da Receita). Antes de mandar, confira se todas as informações estão corretas e completas para evitar parar na malha fina.

O programa irá fazer duas observações importantes. Uma delas é sobre o melhor modelo de tributação, se é por desconto simplificado ou por deduções legais, que é o antigo modelo completo. Escolha o que for mais vantajoso, ou seja, o que trazer maior imposto a restituir ou menos IR a pagar. No modelo simples, o limite de abatimentos é de 20% da renda tributável, limitado a R\$ 16.754,34.

Após finalizar o preenchimento da declaração, à esquerda, o contribuinte deve clicar em "Entregar declaração" para enviar o documento à Receita. Também é possível escolher o ícone de globo terrestre, na barra acima. Antes, porém, é possível verificar se há pendências. Essa verificação é feita na seta verde, também acima.

Pendências em vermelho impedem o envio do IR e devem ser corrigidas. Pendências em amarelo são apenas uma alerta, e não impedem a prestação de contas.

É preciso informar como quer receber a restituição: se por Pix ou por conta-corrente ou poupança no nome do contribuinte. No caso do Pix, a chave tem que ser o CPF do cidadão. Escolher receber por Pix traz prioridade na restituição, mas quem faz a declaração pré-preenchida também tem essa prioridade.

A restituição será paga em cinco lotes, sendo o primeiro em 31 de maio, último dia do prazo para entrega da declaração. Há uma lista de prioridade para o pagamento, que segue esta ordem:

As cidades do Sul do país atingidas pelas chuvas tiveram mudança de prazo de entrega da declaração do IR. A data final foi prorrogada para 31 de agosto. Além disso, moradores dessas cidades terão prioridade no recebimento da restituição. Eles entram antes de quem enviou a pré-preenchida ou optou por receber a restituição por Pix.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/05/saiba-enviar-a-declaracao-do-imposto-de-renda-sem-erros-para-receber-a-restituicao-antes.shtml>

Liberação de jogos de azar e apostas no Brasil

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deve debater amanhã, em audiência pública, o Projeto de Lei 2234/2022 que propõe a liberação de jogos de azar e apostas no Brasil. Fazem parte do pacote proposto pelo texto a prática e exploração de jogos de cassino, bingo, videobingo, jogos on-line, jogo do bicho e apostas turfísticas, que caso sejam liberados podem aumentar o valor dos **tributos** arrecadados nacionalmente, tendo em vista que serão alvos de **impostos**. A principal questão apontada pelos defensores da liberação é a movimentação financeira promovida pela comercialização de jogos de azar e de apostas, chamada "cide-jogos". Segundo o parecer do relator, o mercado movimentou pelo menos R\$ 15 bilhões no Brasil em 2023, mesmo ainda sendo ilegal. O texto prevê a alíquota bruta de até 17% sobre a receita recebida da exploração. O advogado tributarista Fellipe Cianca Fortes, do escritório Balera Berbel Mitne, explica que "O PL institui a tributação de prêmios acima de R\$ 10 mil em 20% na incidência do Imposto de Renda". A arrecadação seria destinada a diversos segmentos, como ações de prevenção a desastres naturais, financiamento de programas na área do esporte, Fundo Nacional da Cultura e ações de saúde relacionadas à ludopatia.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-21-05-2024/>

Focus mina projeções de Selic em um dígito

Economistas do mercado financeiro voltaram a elevar suas projeções para a **inflação** e para os juros, reduzindo as expectativas para o crescimento da economia brasileira em 2024. Segundo os dados do Boletim Focus, divulgado ontem pelo Banco Central (BC), a estimativa para a taxa Selic passou de 9,75% da semana passada para 10%.

O reajuste das expectativas ocorreu na semana seguinte à divulgação da ata do Comitê de Política Monetária (Copom), colocando fim nas esperanças de que os juros terminassem o ano em um dígito. A previsão para 2025 permaneceu em 9,0%, já a projeção para 2026 subiu de 8,75% para 9,0%. A taxa esperada para 2027, que estava em 8,63%, avançou para 9,0%.

Para o economista Fabio Ongaro, também CEO da Energy Group, essa elevação se dá por diversos fatores econômicos.

"Um dos principais motivos é a previsão de condições financeiras globais mais apertadas, juntamente com uma política fiscal mais frouxa no Brasil. Estas condições tornam necessária uma taxa de juros mais alta para controlar a **inflação** e estabilizar a economia", comentou o especialista.

Segundo o economista, "a Selic pode, portanto, terminar 2024 em dois dígitos, sem considerar as mudanças no cenário econômico, como a manutenção de taxas de juros altas pelo Federal Reserve dos EUA e a forte depreciação cambial, que contribuem para essa projeção.

Estes fatores influenciam a **inflação** e as expectativas do mercado, levando a ajustes nas projeções de taxa básica de juros pelo Banco Central. Normalmente, no quesito taxa básica de juros, o Banco Central tende a seguir o trend dos Estados Unidos", apontou Ongaro.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/index.php?id=/login.php>

Mercado passa a ver Selic a 10% no fim de 2024, mostra Focus

FERNANDA TRISOTTO | COLABORARAM GUSTAVO NICOLETTA e DANIEL TOZZI MENDES

Na esteira da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, o mercado financeiro voltou a aumentar sua estimativa para a Selic no fim deste ano, e a projeção agora considera um resultado de dois dígitos - indicando a expectativa de proximidade de fim do atual ciclo de corte da taxa básica de juros.

De acordo com o boletim Focus, compilação semanal feita pelo próprio BC, a mediana das estimativas dos economistas passou de 9,75% para 10% - ante 9,5% há um mês. Já a projeção para 2025 foi mantida em 9%.

O mercado também piorou seus números para o rombo fiscal do governo, **inflação** e **PIB** no ano. No primeiro caso, a mediana das projeções para o déficit primário foi de 0,64% para 0,70% do **PIB**, retomando o patamar de um mês atrás. Já o crescimento da economia brasileira em 2024, cuja estimativa era de 2,09% até a semana passada, recuou para 2,05%. E houve aumento de previsão para o IPCA no acumulado de 2024 - de 3,76% para 3,80% (o centro da meta é de 3%, podendo chegar ao teto de 4,5%).

No último dia 8, em uma reunião que terminou sem consenso, o Copom anunciou um corte de 0,25 ponto percentual para a Selic - para 10,5% ao ano -, interrompendo um ciclo de seis reduções consecutivas de 0,5 ponto. Em **comunicado** divulgado após o anúncio, o Copom atribuiu a decisão ao "ambiente externo", que se mostra "mais adverso, em função da incerteza elevada e persistente" sobre o corte de juros nos EUA.

Disse também que, no cenário doméstico, "o conjunto dos indicadores de atividade econômica e do mercado de trabalho tem apresentado maior dinamismo do que o esperado" - com efeito sobre as expectativas da **inflação**.

A mensagem foi reforçada com a publicação da ata, na semana passada, que falou em postura "mais contracionista" e "cuidadosa" com os juros - o que foi lido por parte do mercado como sinal de fim de novas reduções da Selic.

Essa é, por exemplo, a avaliação da Asa Investments, que elevou de 9,75% para 10,50% sua projeção para a taxa Selic no final de 2024. Em nota, o economista da casa Leonardo Costa afirmou que as expectativas de **inflação** mais longas no boletim Focus devem continuar registrando piora, "o que deve se chocar com o desejo do Banco Central de reancoragem à meta".

O banco americano Wells Fargo também não vê espaço para novas reduções neste ano.

"A volatilidade da moeda brasileira aumentou ao longo das últimas semanas, o que pode alimentar a **inflação** de serviços.

Além disso, o governo Lula demonstra escorregar na disciplina fiscal, o que pode ser exacerbado pelo desastre natural em partes do País", avaliou o banco, em relatório.

Preços em alta

Segundo o Focus, a mediana das estimativas para o IPCA foi de 3,76% para 3,8% no ano

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Fed não sabe bem o que ocorre com a inflação"

RICARDO LEOPOLDO

ENTREVISTA: Kenneth Rogoff, Professor da Universidade Harvard, foi economista-chefe do FMI entre 2001 e 2003

Kenneth Rogoff, ex-economista-chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI) e professor de Harvard, acredita que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) deve reduzir os juros nos Estados Unidos apenas uma vez este ano, em setembro ou dezembro. Isso porque a **inflação** no país permanece em níveis considerados elevados em razão das pressões do setor de serviços, motivadas pelo crescimento firme da economia.

"A política monetária não está tão restritiva quanto o Fed avaliava e não está reduzindo a **inflação** tão rápido quanto se imaginava", disse o economista ao Estadão/Broadcast. Para ele, "os dirigentes do Fed não sabem muito bem o que está ocorrendo com a **inflação**, pois estão sendo surpreendidos por ela".

A seguir, os principais trechos da entrevista: Qual sua avaliação sobre a declaração do presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, após a decisão do banco de manter os juros na reunião do início do mês?

Powell tem lutado na comunicação.

Primeiro, ele disse que o Fed iria cortar os juros neste ano, mas depois afirmou que não era a mensagem que ele queria passar. Ele está tentando calibrar o discurso. O problema central é que os dirigentes do Fed não sabem muito bem o que está ocorrendo com a **inflação**, pois estão sendo surpreendidos por ela. Creio que os dirigentes do Fed precisarão ajustar suas opiniões, dado que as taxas de juros não ficarão tão baixas quanto foram no passado recente. As taxas dos Fed funds estarão entre 3,5% e 4% em três anos, na média.

Isto significa que a política monetária atualmente não está tão apertada quanto eles acreditam. Se as taxas de juros estivessem muito altas, o Fed estaria assumindo algum risco de gerar uma recessão. Mas se elas não estão tão elevadas, a situação é menos dramática.

O que está ocorrendo com a **inflação** nos EUA?

Ainda há pressões de preços de serviços, como os registrados no setor de habitação.

Além disso, a política monetária não está tão restritiva quanto o Fed avaliava e não está reduzindo a **inflação** tão rápido quanto se imaginava. As taxas de juros reais de longo prazo, como as relativas aos Treasuries (títulos do Tesouro americano) de 10 anos, estão perto de 2,25%. Há também outras questões que levarão os juros para um patamar mais alto na próxima década, como globalização, incertezas geopolíticas e populismo. A **inflação** nos EUA ficará, na média, entre 2% e 2,5% nos próximos 10 anos.

O Fed deveria aceitar que a **inflação**, devido a questões estruturais, é mais alta do que a meta de 2%, talvez mais próxima de 3%, como defende Mohamed El-Erian, presidente do Queen's College da University of Cambridge?

Não, os dirigentes do Fed estão tentando trazer a **inflação** à meta de 2%. Se não agirem assim, por que vamos acreditar que quando a **inflação** estiver em 4% eles conseguirão reduzi-la para 3%? Eles estão absolutamente decididos a levar a **inflação** para 2%. Se a taxa de juros real de equilíbrio de curto prazo está entre 1,5% e 2%, com uma **inflação** de 2%, a taxa nominal neutra está entre 3,5% e 4%.

Está errada a taxa de juros nominal neutra de 2,6% estimada pelos dirigentes do Fed?

Sim, eles estão errados sobre esta taxa. Este é um pecado capital.

Se eles diminuïrem a **inflação**, ela ficará um pouco acima de 2%, não abaixo de 2%. Eu acredito que o longo período de taxas nominais em 0% amarrô as mãos das autoridades do Fed para evitar a distensão da política monetária. Então, eles adotaram o relaxamento quantitativo (aumento do dinheiro em circulação para estimular a economia), o que foi uma cortina de fumaça implementada com muita força por Ben Bernanke (ex-presidente do Fed) e que gerou poucos efeitos.

A **inflação** resistente nos EUA está ocorrendo porque o crescimento do país está muito firme?

A **inflação** continua elevada basicamente por causa do estímulo fiscal que aconteceu desde a pandemia. As pessoas ricas estão indo bem e há muitos gastos dos consumidores. Os cidadãos com baixa renda receberam muitas transferências de recursos do governo. Mesmo com os mercados de ações caindo 5% ante o seu pico, ainda estão em um patamar bem alto. Os preços dos imóveis estão elevados.

Quantos cortes de juros o Fed deverá adotar neste ano e quanto será o crescimento dos EUA em 2024?

Os dirigentes do Fed reduzirão os juros uma vez neste ano, que poderá ser em setembro ou dezembro. Mas para baixar os juros ainda será necessário esperar um tempo, pois o Fed é dependente de dados econômicos e o crescimento do nível de atividade continuará muito bom neste ano. Acredito que o **PIB** poderá ter uma expansão acima de 2% em 2024.

Quando a **inflação** atingirá a meta de 2% nos EUA?

Ao final de 2025.

Quantos cortes de juros o Fed adotará até lá?

Até o fim de 2026 os juros estarão entre 3,5% e 4%. Eu não acredito que o Fed reduzirá a taxa para 4% até o final de 2025, a menos que Donald Trump assuma o Federal Reserve, caso seja eleito neste ano. (Atualmente, a taxa de juros nos EUA está em uma faixa entre 5,25% e 5,5% ao ano).

O Banco Central Europeu estará correto se reduzir os juros em junho?

A Zona do Euro tem muito mais problemas do que os EUA. A economia da Europa está sentindo o impacto dos juros em 4%. Os preços dos imóveis desabaram na Alemanha, Itália e Suécia, o que causará efeitos sobre o setor bancário. E vários bancos têm grandes volumes de títulos públicos de governos comprados com juros mais baixos e estão registrando muitos prejuízos com o atual nível de juros, que é mais elevado. Não acredito que a **inflação** atingirá a meta de 2% logo na Zona do Euro.

Mas como as economias na região enfrentam problemas, o BCE precisará ser cuidadoso para manter os juros altos. Os EUA permitirão que a **inflação** continue alta por mais tempo porque a economia vai bem. Na Europa, será aceita a **inflação** alta por mais tempo porque o nível de atividade vai mal.

Quantos cortes de juros o BCE fará neste ano?

O cenário base é o BCE reduzir os juros duas ou três

vezes em 2024, mas a **inflação** continuará alta. Contudo, creio que veremos logo o início do estresse no setor financeiro, o que não contribuirá para que os juros sejam mantidos em patamar elevado.

"Acredito que os dirigentes do Fed precisarão ajustar suas opiniões, dado que as taxas de juros não ficarão tão baixas quanto foram no passado recente"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Mercado eleva projeção para Selic a 10% este ano

LUCIANA CASEMIRO E LUANA REIS
economia@oglobo.com.br

A preocupação do mercado com o controle das contas públicas no Brasil e as incertezas em relação ao comportamento dos juros nos Estados Unidos tiveram impacto nas projeções do Boletim Focus, que reúne estimativas de analistas compiladas pelo Banco Central. O mercado elevou para 10% a projeção para a Selic, taxa básica de juros da economia brasileira, no fim deste ano. E o terceiro aumento consecutivo registrado pelo Boletim Focus. Na semana passada, a previsão era de 9,75%.

O Focus também apontou maior **inflação**, dólar mais alto e menor crescimento econômico este ano.

CÂMBIO ATÉ A R\$ 5,15

Para o IPCA, as estimativas do Focus em 2024 passaram de 3,76% para 3,80%. Lucas Farina, economista da Genial Investimentos, explica que as projeções do mercado começaram a se descolar mais das metas fixadas para a **inflação** depois da divisão na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que reduziu a Selic em 0,25 ponto percentual, para 10,5% ao ano.

-Tivemos uma maior desancoragem das expectativas futuras de **inflação** por conta dos desdobramentos do voto rachado, que passou uma percepção de uma ala mais hawkish (restritiva) e outra mais dovish (flexível). A nova diretoria que assume no ano que vem pode entrar com uma credibilidade arranhada. Ainda temos que esperar para ver, mas basta a percepção para fazer preço, principalmente nas expectativas -afirma Farina.

Segundo fontes ouvidas pela Bloomberg, em reunião privada com diretores do BC, economistas disseram não ver espaço para mais cortes na Selic, devido ao aumento das expectativas da **inflação**.

Os analistas presentes na reunião levantaram receios de que o Copom se torne mais brando em relação à **inflação**, disseram as fontes. A maior parte deles projeta o IPCA acima da meta de 3%, e há quem aposte que pode chegar a 4%.

Com relação ao cenário externo, a projeção de um

dólar mais elevado no fim deste ano -as estimativas do Focus passaram de R\$ 5 para R\$ 5,04 - deve-se à mudança no cenário de juros nos Estados Unidos. Espera-se que o Federal Reserve (Fed, o BC americano) cortasse a taxa, hoje no intervalo entre 5,25% e 5,5%, ainda em junho. Mas os últimos dados mostram uma **inflação** resistente, e membros do Fed já sinalizaram que os juros ficarão nesse patamar por mais tempo.

Juros altos nos EUA tornam os investimentos em renda fixa lá mais atraentes que os de economias emergentes, como o Brasil, considerados de maior risco, explica Farina.

- Revisamos nossa taxa de câmbio de R\$ 5,05 para R\$ 5,15 no fim do ano, por conta dos juros nos Estados Unidos -diz o economista da Genial.

Álvaro Frasson, economista do BTG Pactual, vê uma piora no cenário: - Há uns dois meses, o mercado tinha um ou dois dados de **inflação** ruins nos Estados Unidos. Mas passou um tempo e foram três, então o mercado ficou com medo de que em maio tivesse mais um dado ruim. A história está presente faz tempo, mas a intensidade mudou.

IMPACTO DO DESASTRE NO RS

O economista Álvaro Bandeira, coordenador de Economia da Apimec, lembra que a tragédia no Rio Grande do Sul contribuiu para a piora nas projeções do **PIB**, de 2,09% para 2,05%. Ele avalia que o Focus ainda deve mostrar novas pioras nas estimativas nas próximas semanas.

- O **PIB** provavelmente vai ter um impacto dessa tragédia no Rio Grande do Sul. O mercado está começando a incorporar esse choque e vai reduzir, em alguma medida, a projeção para este ano. Fora que uma Selic mais alta também pode levar o mercado a ver um crescimento um pouco menor - afirma Luciano Costa, economista-chefe da Monte Bravo Corretora.

Para Farina, ainda é preciso esperar pelos próximos dados para se ter uma noção mais precisa do tamanho do impacto das enchentes na economia.

O Focus teve impacto no Ibovespa, que fechou em queda de 0,31%, aos 127.751 pontos. Nos juros futuros, os contratos com vencimento em janeiro de

2025 ficaram estáveis, em 10,37%, mas aqueles com vencimento em janeiro de 2026 subiram de 10,655% para 10,70% e os com vencimento em janeiro de 2027 avançaram de 11% para 11,05%.

- Na ponta mais curta da curva de juros, o mercado praticamente não precifica nenhum corte na Selic, mas vemos um aumento olhando mais para a frente, em parte não só porque a Selic subiu para 10% no Focus, mas porque as expectativas da inflação continuam subindo -explica Costa.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Queda da inflação deve ser temporária, diz estudo

Alex Ribeiro

A **inflação** de serviços caiu além do previsto no ano passado, mas os progressos recentes foram mais modestos, ainda longe dos percentuais compatíveis com a meta de 3%. Será que ela vai continuar a cair?

Os economistas Paulo Coutinho e João Logo, da Mar Asset Management, uma gestora de recursos de terceiros do Rio, examinou à fundo a história recente de desinflações do Brasil em busca de respostas. A conclusão não é positiva: estaríamos vivendo uma queda da **inflação** de serviços semelhante à da gestão Henrique Meirelles, que foi apenas temporária, e não da gestão Ilan Goldfajn, que quebrou a espinha dorsal da **inflação**.

No ano passado, os economistas estavam céticos de que a **inflação** de serviços pudesse cair rapidamente, o que normalmente demandaria uma desaceleração da economia e alta da taxa de desemprego - algo que parecia muito improvável, diante da expansão fiscal feita por Jair Bolsonaro nas eleições de 2022 e na largada do governo Lula.

A **inflação** de serviços, no final das contas, acabou recuando a partir de meados do ano passado. Passou de 7,58% em 2022 para 6,22% em 2023 e, nos dados em 12 meses até abril, ficou em 4,6%. Ajudou muito a queda de preços internacionais de bens industriais e de alimentos, que criou uma inércia positiva que favoreceu a **inflação** de serviços.

Daí em diante, o Banco Central passou a contar com uma projetada desaceleração da economia e perda de força do mercado de trabalho para fazer a segunda etapa do trabalho. Mas, ultimamente, o núcleo de serviços, que inclui preços mais sensíveis ao aquecimento da economia, entrou em trajetória de queda mais modesta e errática.

A Mar Asset acha que a situação atual é bem semelhante à vivida na gestão Meirelles, entre o primeiro e segundo governo de Lula. "A redução da **inflação** vista com Meirelles foi temporária."

Naquela ocasião, primeiro o BC subiu os juros a um pico de 19,75% ao ano, o que contribuiu para ancorar as expectativas de **inflação**. Mas uma força importante para fazer a **inflação** de serviços cair foi o

recuo dos preços em reais de bens importados, provocada pela queda da cotação do dólar.

Já em fins de 2005 começou um longo ciclo de baixa de juros. Primeiro, de uma forma mais cautelosa. Em 2007 o Banco Central já tomava mais riscos, reduzindo a taxa Selic apesar de sinais bem mais evidentes de que a economia estava se aquecendo muito. No fim das contas, a dose de estímulo se mostrou exagerada, e a **inflação** de serviços voltou a se acelerar. O BC teve que voltar a subir os juros em 2008.

O problema mal resolvido na **inflação** de serviços perdurou por quase uma década, a té 2016. Após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, Ilan Goldfajn assumiu o BC e segurou os juros, já altos em 14,25% ao ano, até que se consolidasse a desinflação.

"O ciclo do Ilan seguiu o livro texto", diz o estudo, referindo-se ao que os manuais de economia ensinam sobre como reduzir a **inflação** de um país. Ou seja, houve desaceleração da economia, com aumento da capacidade ociosa, reancoragem das expectativas de **inflação** e contração na política fiscal. A **inflação** de serviços ficou dentro da meta por vários anos seguidos.

Em agosto do ano passado, o BC começou a baixar os juros. "O ciclo de afrouxamento iniciado em 2023 guarda fortes similaridades com o visto na época do Meirelles", diz o estudo da Mar Asset. "A **inflação** surpreendeu para baixo, ao mesmo tempo em que a atividade se mostrou mais forte que o ante-visto. A redução da **inflação** ocorreu primeiro entre os bens comercializáveis e, apenas em um segundo momento, entre os serviços."

O ciclo de distensão monetária atual ainda está se transmitindo na economia. "Também é bem possível que a conjuntura ao final do ano prescreva novo aperto da política monetária", diz o estudo. "O que pode postergá-lo seria um cenário externo bastante favorável."

Para economistas, situação atual é bem semelhante à vivida na gestão Meirelles no BC

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187879?page=1>

§ion=1

Dólar avança e Ibovespa recua junto com Treasuries

Gabriel Caldeira e Matheus Prado De São Paulo

O dólar avançou globalmente e os rendimentos dos Treasuries subiram pela terceira sessão seguida, enquanto dirigentes do Federal Reserve (Fed, banco central americano) continuam a adotar um tom conservador em suas declarações e agentes aguardam a ata da reunião de maio do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fome, na sigla em inglês), que será divulgada amanhã. Os ativos locais também sentiram o aumento das incertezas internas, conforme o mercado passa a enxergar menos ou nenhum espaço para mais cortes de juros por aqui.

A taxa da T-note de 2 anos terminou a sessão em alta para 4,865%, de 4,837%, e o rendimento da T-note de 10 anos subiu de 4,426% a 4,450%. O índice DXY, que mede o desempenho da divisa americana contra uma cesta de outras seis moedas principais, operava em alta de 0,16% no fim da tarde, aos 104,615 pontos. Contra o real, a moeda teve alta de 0,05%, a R\$ 5,1047.0 Ibovespa recuou 0,31%, aos 127.750 pontos.

A sessão deu continuação à sequência de comentários duros de dirigentes do Fed, que perdura desde a divulgação do índice de preços ao consumidor (CPI) na semana passada. Os números mais fracos da **inflação** em abril - em comparação com o primeiro trimestre - não têm sido suficientes para que os membros do Fome suavizem a sua comunicação.

Vice-presidente do Fed, Philip Jefferson avaliou que a **inflação** americana não está reduzindo na velocidade que o Fed gostaria. Já a presidente do Fed de Cleveland e membro votante das reuniões do Fome, Loretta Mester, disse que os três cortes de 0,25 ponto percentual previstos no último Sumário de Projeções Econômicas já não é um cenário "apropriado".

Também comentaram sobre a política monetária do banco central o vice-presidente para Supervisão, Michael Barr, e o presidente do Fed de Atlanta, Raphael Bostic. Ambos defenderam que os juros devem permanecer estáveis por enquanto, ressaltando a falta de progresso da **inflação** neste ano em direção à meta de 2%.

"Em nossa opinião, é provável que o Fed reduza os juros em setembro; no entanto, acreditamos que os riscos estão inclinados para uma mudança posterior

para uma política monetária mais acomodatória", dizem em relatório os economistas Nick Bannenbroek, Brendan McKenna e Anna Stein, do Wells Fargo. Essa é também a projeção mais comum do mercado, que prevê dois cortes este ano a partir de setembro, mas com maior chance de apenas um corte de 0,25 ponto percentual e começo do ciclo de flexibilização monetária nas reuniões de novembro ou dezembro do Fome.

0,31% foi a baixa do Ibovespa na sessão

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187879>

Perda de pelo menos R\$ 40 bi no PIB

RAFAEL UIGNA

As principais entidades do setor produtivo do RS trabalham com pelo menos R\$ 40 bilhões em perdas para a atividade econômica do Estado, ao longo deste ano, em razão dos impactos provocados pelas enchentes. A cifra é fruto de estimativa inicial, considerada pelas áreas técnicas das federações representativas do comércio, dos serviços, da indústria e da agropecuária - Federasul, Fecomércio-RS, Fiergs e Farsul, com a participação da CDL-Porto Alegre.

- Fazer modelo matemático para prever perdas é a coisa mais fácil do mundo. Difícil, no momento, é achar as informações primárias para botar no modelo. Está todo mundo atrás. Imaginamos, com série de ponderações, que, ao todo, haja perda na casa dos R\$ 40 bilhões - diz o economista-chefe da Farsul, Antônio da Luz.

O valor, se comparado com o Produto Interno Bruto (**PIB**) de R\$ 640,23 bilhões apurado pelo Estado em 2023, representaria retração de 6,25% na produção gaúcha de 2024. A maior parcela dos prejuízos afeta o setor do comércio e dos serviços.

Da Luz explica que contabilizar os danos em eventos dessa natureza apresenta dificuldades adicionais. No caso do agronegócio, em uma seca, por exemplo, basta avaliar o quanto se deixou de colher e o que isso não renderá.

Agora, além dos grãos, há propriedades que perderam colheitadeiras, silos, armazéns e outros equipamentos que elevam os prejuízos e ainda não há um panorama mais claro sobre esses aspectos, uma vez que muitos agricultores nem sequer conseguem acessar as fazendas nesse momento.

A mesma análise, comenta o economista, serve para as atividades que envolvem a indústria, o comércio e os serviços. Ele ainda afirma que a normalização da rotina passa por quatro aspectos: a possibilidade de reabertura dos estabelecimentos, a manutenção dos empregos, a capacidade de arrecadação do Estado e dos municípios e o espaço para investimentos.

A Federasul prepara para essa semana um modelo matemático com estimativas. O presidente da entidade, Rodrigo Sousa Costa, antecipa que a federação deve focar esforços na obtenção de linhas de crédito com prazos de carência alongados (cinco ou 10 anos), juros fixos e abaixo dos praticados pelo

mercado. Alagamentos tomaram conta de parte do RS (na imagem, área na zona sul de Porto Alegre)

As diferenças

Veja o que representa cada uma das cifras associadas aos prejuízos climáticos

R\$ 40 BI NO PIBGAÚCHO

É a cifra com a qual os economistas-chefes das áreas técnicas de Farsul, Fiergs, Fecomércio-RS trabalham inicialmente para projetar as perdas verificadas na atividade econômica do Rio Grande do Sul.

O valor não considera o custo para reconstruir estradas e pontes nem inclui a necessidade de repasses de recursos ou destinação de verbas para empréstimos.

Trata-se de estimativa específica de perdas na produção, ou seja, o que deixará de ser produzido na economia gaúcha este ano, em razão dos efeitos da crise climática.

R\$100 BI NA INDÚSTRIA

É a estimativa do impacto financeiro das medidas apresentadas pela Fiergs, na sexta-feira, em Brasília.

No valor, estão incluídos custos de desonerações, incentivos fiscais, flexibilização de taxas e regras, além de linhas de crédito especiais sugeridas no extenso documento entregue ao vice-presidente da República, Geraldo Alckmin.

A cifra não contempla estimativa de reconstrução ou de repasses de valores necessários à reconstrução.

O texto chega a apontar em R\$ 6 bilhões a estimativa para recuperação de estradas, mas isso não é contabilizado no impacto de R\$ 100 bilhões, que se refere especificamente às medidas setoriais reivindicadas pela entidade.

R\$50 BI EM LINHAS DE CRÉDITO ESPECIAIS

É o que o governo federal avalia ser possível alcançar dentro dos parâmetros estabelecidos para operações de crédito, anunciadas no dia 9, que têm o BNDES como garantidor dos empréstimos.

A ideia é que com aportes de R\$ 7,7 bilhões em

garantias de crédito com aval do governo seja possível gerar R\$ 50 bilhões em financiamentos para empresas.

Atingir essa cifra depende do interesse das empresas em acessar as condições do programa.

Da mesma forma, os R\$ 7,7 bilhões em garantias só serão utilizados caso haja demanda para tanto.

Nenhum desses recursos será repassado do governo federal ao governo do Estado ou empregado em reconstrução de infraestrutura.

R\$19 BI PARA O PLANO DE RECONSTRUÇÃO

É o valor inicial apontado pelo governador Eduardo Leite, no dia 9, para a execução de um plano de reconstrução do Estado.

O cálculo baseia-se em estimativas preliminares e em comparativos com os esforços para responder ao desastre ocorrido em setembro de 2023 no Vale do Taquari.

Parte desses recursos seria contemplada com a suspensão temporária da dívida gaúcha com a União, anunciado pelo governo federal e aprovado pelo Congresso no dia 16.

Caso os R\$ 11 bilhões das parcelas e dos R\$ 12 bilhões em juros fiquem no Estado por 36 meses, conforme está previsto, poderiam ser usados para essa finalidade, que inclui os cálculos para reconstrução de infraestrutura, mas também ações de assistência, prevenção e resposta ao desastre natural.

R\$10 BI EM DANOS NO PATRIMÔNIO DAS EMPRESAS

É o cálculo apresentado pela Fecomércio-RS, ontem, com base em dois cenários.

No primeiro, a análise dos CNPJs atingidos em 46 municípios aponta para R\$ 10 bilhões em perdas para o patrimônio das empresas.

Já no panorama coletado com a análise de imagens de satélite, os prejuízos seriam de R\$ 5 bilhões.

As cifras seriam estimativa para o inventário de perdas de estoques, maquinário, mobiliário e instalações.

Esse levantamento não inclui as micro e pequenas empresas que funcionam em domicílios residenciais, nem municípios que sofreram maior impacto de enxurrada do que de alagamentos.

Segundo o presidente da entidade, Luiz Carlos Bohn, é "imprescindível" fundamentar em dados a dimensão e os impactos das enchentes para possibilitar as ações efetivas de socorro ao setor produtivo.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240521&edicao=30070#page/1>

Mercado piora projeções para Selic, PIB e inflação

O mercado financeiro elevou pela terceira vez seguida a previsão para a taxa básica de juros, a Selic, para este ano. Segundo o boletim Focus, divulgado ontem, a Selic deve fechar 2024 em 10%. Atualmente, ela está em 10,5%. A projeção da semana passada era de que a Selic terminasse o ano em 9,75%. Há quatro semanas a previsão do mercado era que o índice ficasse em 9,5%.

O boletim registra, ainda, uma elevação na previsão de **inflação** para este ano, que passou de 3,76% para 3,8% em uma semana. A meta é de 3% com tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Os analistas também ficaram mais pessimistas em relação ao Produto Interno Bruto (**PIB**). Na semana passada, a estimativa era que expansão ficasse em 2,09%, que caiu para 2,05%.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Força-tarefa do IBGE auxilia municípios na reconstrução

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fez ontem a apresentação das ações da força-tarefa criada para ajudar na retomada da normalidade.

O encontro virtual contou com a participação de prefeitos, secretários e agentes técnicos de municípios gaúchos.

O objetivo é capacitar gestores municipais para o uso das ferramentas e dados do IBGE e embasar o planejamento da reconstrução de áreas atingidas pelas cheias. Conforme o presidente do IBGE, Marcio Poshmann, o Instituto também atuará prestando informações por demanda para os gestores, além de oferecer cursos às equipes técnicas.

"Nossos bancos de dados estão à disposição para oferecer as melhores respostas possíveis para a retomada, além de oferecer subsídios técnicos às políticas públicas que permitam a recuperação", afirmou.

O IBGE ainda informou que precisará promover uma adaptação para fazer a coleta de preços na Região Metropolitana de Porto Alegre, área que faz parte do levantamento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), a ser divulgado na próxima semana. O indicador funciona como uma prévia do IPCA, a **inflação** oficial.

Conforme observou a diretora de Pesquisas, Elizabeth Hypolito, as informações estão sendo obtidas na medida do possível, por meio de entrevistas por telefone e via Internet, uma vez que algumas instalações da instituição no Estado foram atingidas pelas enchentes, o que dificultou o trabalho.

O IBGE também anunciou a antecipação da divulgação de microdados do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) oriundos do Censo Demográfico 2022. As informações de endereçamento serão divulgadas na plataforma do Instituto hoje, às 10h. Ao todo, são mais de 106 milhões de endereços coletados no Censo 2022, incluindo logradouro, número, complemento, localidade e espécie da unidade. Já no mês que vem, no dia 14, serão divulgados materiais complementares e notas metodológicas que poderão ser baixadas e exploradas na Plataforma Geográfica Interativa (PGI) do IBGE.

CRUZAMENTO DE DADOS

O Portal IBGE Cidades tem mais de 30 mil indicadores para cada um dos municípios do Brasil, possibilitando cruzar dados a partir de áreas de residência para identificação de, por exemplo, zonas de suscetibilidade a deslizamentos.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11088>

Mercado volta a elevar a previsão para a taxa básica de juros em 2024

São Luís - O mercado financeiro elevou pela terceira vez seguida a previsão para a taxa básica de juros, a Selic, para este ano. Segundo o boletim Focus, divulgado ontem, em Brasília, pelo Banco Central (BC), a Selic deve fechar 2024 em 10%. Atualmente, ela está em 10,5%. A projeção da semana passada era de que a Selic terminasse o ano em 9,75%.

Há quatro semanas a previsão do mercado era que o índice ficasse em 9,5%.

O boletim Focus traz as previsões de economistas e analistas de mercado financeiro consultados pelo BC.

Para 2025, analistas também projetaram que a Selic feche em 9% - a mesma estimativa para 2026 e 2027.

O boletim registra, ainda, uma elevação na previsão de **inflação** para este ano de 3,8%. Na semana passada, a estimativa era de que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) terminasse 2024 em 3,76%. Há quatro semanas a expectativa era de que o IPCA ficasse em 3,73%.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo de meta de **inflação** que deve ser perseguida pelo Banco Central. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3% com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Para 2025, a previsão é de que a **inflação** fique em 3,74% e, em 2026, feche em 3,5%, a mesma para 2027.

PIB - Os analistas também projetaram queda no crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) em relação ao anunciado na semana passada, quando a estimativa era de que expansão ficasse em 2,09%.

Nova projeção é de que o crescimento da economia seja de 2,05%. A projeção para 2025 é de que a expansão fique em 2%, a mesma para 2026 e 2027.

Em relação ao câmbio, o Boletim Focus também registra aumento no valor do dólar. Em 2024, a moeda norte-americana deve fechar o ano em R\$ 5,04.

Há quatro semanas, a previsão era de que ficasse em R\$ 5.

Para 2025, a estimativa também é de aumento para o dólar, fechando em R\$ 5,05.

Para 2026, a previsão é de que fique em R\$ 5,10, a mesma para 2027. (ABr)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-21-05-2024/>

Governo federal zera tarifa de importação de arroz até dezembro

FOLHA DE S. PAULO

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai zerar a tarifa de importação de três tipos de arroz. A medida foi aprovada nesta segunda-feira (20) em reunião do Comitê Executivo de Gestão da Camex (Câmara de Comércio Exterior). O objetivo é evitar que a oferta nacional do produto seja comprometida pelas enchentes no Rio Grande do Sul, estado responsável por cerca de 70% da produção nacional.

A proposta inclui dois tipos de arroz não parboilizados e um tipo polido/brunido na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (Letec), uma solicitação feita pelo Ministério da Agricultura e pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento).

Com receio do impacto da tragédia do Rio Grande do Sul na **inflação** de alimentos, o governo federal anunciou em 7 de maio a importação de até 1 milhão de toneladas de arroz. Os leilões serão feitos em blocos.

Geraldo Alckmin (PSB), vice-presidente e chefe do MDIC (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços), afirmou que a ação se dá para garantir a segurança alimentar dos brasileiros. "Ao zerar as tarifas, buscamos evitar problemas de desabastecimento ou de aumento do preço do produto no Brasil, por causa da redução de oferta".

A redução a zero das tarifas vale a partir da publicação no Diário Oficial da União até 31 de dezembro deste ano. O governo informou que a Secex (Secretaria de Comércio Exterior do MDIC) vai monitorar a situação para reavaliar o período de vigência, caso necessário.

A maior parte das importações de arroz no Brasil são dos países do Mercosul, nas quais a alíquota já é zerada. Neste ano, no entanto, as compras de arroz da Tailândia representaram 18,2% do total importado até abril.

A Conab publicou na última quarta-feira (15) o edital de compra de cerca de 104 mil toneladas de arroz importado. A compra, em leilão previsto para o próximo dia 21, é a primeira fase do programa, no qual o Ministério da Agricultura terá R\$ 416 milhões para aquisição do arroz e R\$ 100 milhões para as despesas de equalização de preços para a venda do grão.

O RS é o principal produtor do país. De acordo com o Irga (Instituto Rio Grandense do Arroz), 82,9% das lavouras já foram colhidas. Restam em torno de 150 mil hectares. Segundo o órgão, vinculado ao governo gaúcho, a região central do estado é a que apresenta menor percentual de área colhida, com 62%, restando cerca de 45 mil hectares. Essa é a região mais afetada pelas enchentes.

Segundo o ministro Carlos Fávaro (Agricultura), houve perda de parte da produção que ainda está no campo. Segundo ele, há armazéns e silos que foram atingidos pela água. O ministro também citou problemas de logística para escoar a produção local.

Ainda de acordo com Fávaro, o produto não vai concorrer com a produção dos agricultores gaúchos. Fávaro disse que o arroz a ser adquirido pela Conab será vendido "a balcão" -ou seja, para pessoas físicas que tenham interesse no produto ou pequenas vendas e mercados de periferias, de outras regiões do país.

O arroz, hoje, é o item de maior peso no grupo "alimentação no domicílio" do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), indicador oficial de **inflação** do Brasil.

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital>

Uso do FGTS como garantia para ter juros mais baixos

Gustavo Andrade

Trabalhadores do setor privado poderão ter um novo sistema para empréstimo consignado, desenvolvido pelo Ministério da Fazenda, e que tende a facilitar a obtenção de crédito a juros mais baixos, tendo como garantia o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**).

Foi o que disse o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. A mudança pode liberar a modalidade de crédito, que tem juros mais baixos e cujo pagamento das parcelas é descontado diretamente do salário do consumidor, para os 882.352 trabalhadores que têm carteira assinada no Estado.

Marinho afirmou que irá insistir em mudança de regra do saque-aniversário do **FGTS**. A ideia, que será incluída em projeto de lei, é permitir que quem aderiu à modalidade possa retirar o valor restante da conta do Fundo de Garantia quando for demitido.

O ministro tem defendido, inclusive, o fim da modalidade do **saque-aniversário**, mas ainda não antecipou se haverá uma transição para isso no texto. "Não vou sossegar enquanto não resolver essa questão e permitir que quem foi demitido possa sacar o saldo do **FGTS** imediatamente", disse.

O consignado tendo como garantia o **FGTS** pode ser uma boa opção para uma boa parcela da população, com juros menores e maiores facilidades, mas é preciso ter cautela, pois pode deixar o trabalhador mais vulnerável, segundo o economista Ricardo Paixão.

"Se utilizar o Fundo de Garantia para outros fins para poder dar uma garantia para uma instituição financeira de que o possível trabalhador inadimplente vai abrir mão do seu benefício para quitar uma dívida. Acredito que, nessa situação, distorce um pouco a finalidade do Fundo de Garantia", disse.

Esse consignado será possibilidade para se fazer investimentos, a exemplo, de dar como entrada num apartamento, ou num caso de emergência, como de doença na família, em que necessite de comprar um remédio ou de atendimento médico, segundo o economista Sebastião Demuner. "Tem que ficar claro é que essas facilidades têm que ser sempre

analisadas e pensadas a longo prazo".

"Não vou sossegar enquanto não resolver essa questão e permitir que quem foi demitido possa sacar o saldo do **FGTS**" Luiz Marinho, ministro do Trabalho

SAIBA MAIS

Consignado para o setor privado

O que deve acontecer

O MINISTÉRIO do Trabalho e Emprego informou que pretende acabar com o **saque-aniversário** do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) e, em seu lugar, criar um empréstimo consignado ao trabalhador por meio do E-Social.

SEGUNDO o ministério, o aumento de operações do **saque-aniversário** ameaça a sustentabilidade do **FGTS**. A estimativa é que, até 2030, essa modalidade de saque vai consumir R\$ 262 bilhões, valor que daria para financiar 1.3 milhão de moradias, uma das funções do **FGTS**.

O NOVO consignado em estudo poderá ter taxas semelhantes às oferecidas pelas operações de antecipação de saques. A ideia é que o trabalhador escolha a melhor oferta de taxas de juros entre 80 bancos e faça o empréstimo por meio de aplicativo.

66,3% dos trabalhadores que têm contas ativas no **FGTS** possuem saldo de até quatro salários mínimos, ou R\$ 5.648,00. Quase metade deles está no **saque-aniversário**.

Período de transição

AO SER INDAGADO se existe possibilidade de estabelecer um prazo de transição para o fim do **saque-aniversário**, o ministro Luiz Marinho afirmou que isso vai depender das negociações. Os bancos, com apoio do Ministério da Fazenda, são contra a proposta do ministro.

O SETOR financeiro continua dialogando com o Marinho para tentar manter o **saque-aniversário**. Segundo um executivo, houve uma reunião na semana passada e outra agenda será marcada em breve.

Construção contra saque-aniversário

O presidente da entidade, Renato Correia, alertou que as retiradas nessa modalidade nos últimos quatro anos somam R\$ 101 bilhões, recursos que poderiam ter sido utilizados na criação de 500 mil moradias. "Esses números representam 1,5 milhão de brasileiros que deixaram de ter seus lares realizados. Por isso, pleiteamos o fim desse absurdo", destacou Correia.

Segundo o presidente da CBIC, o saque-aniversário pode inviabilizar o financiamento de moradias para famílias de baixa renda. Ele disse que os trabalhadores contratam operações bancárias de antecipação dos saques com juros de 23% ao ano e deixam de ter a oportunidade de usar os recursos para a compra da casa própria a 4% ao ano.

O representante da bancada dos trabalhadores no Conselho Curador do FGTS, Clóvis Scherer, disse que é preciso rever o saque-aniversário porque alguns trabalhadores fazem até 28 operações de antecipações de saques, comprometendo quase todo o saldo. Ele ressaltou que os juros cobrados nas antecipações são excessivos.

Saque-aniversário em debate

Geralda Doca e Thaís Barcellos

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, vai insistir na mudança da regra que trata da retirada do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**). Segundo ele, a ideia é permitir que quem aderiu à modalidade de saque-aniversário possa retirar o valor restante da conta vinculada quando for demitido.

A proposta será formalizada em um projeto de lei.

O ministro tem defendido, inclusive, o fim da modalidade do **saque-aniversário**, mas ainda não antecipou se haverá uma transição para isso no texto. Marinho também vinculou essa proposta ao novo sistema de consignado para trabalhadores do setor privado, desenvolvido pelo Ministério da Fazenda e que tende a facilitar a obtenção de crédito a juros mais baixos.

- Não vou sossegar enquanto não resolver essa questão e permitir que quem foi demitido possa sacar o saldo do **FGTS** imediatamente - disse Marinho.

Pela regra do **saque-aniversário**, quem faz a opção por essa modalidade fica com o saldo do **FGTS** retido por dois anos e, se for demitido sem justa causa, não pode sacar do fundo, tendo direito apenas à multa de 40%.

- Vamos oferecer juntos um projeto de lei que vai dizer o que vai acontecer com o **saque-aniversário** do **FGTS** e criar o consignado - disse Marinho.

Ao ser indagado se existe possibilidade de estabelecer um prazo de transição para o fim do **saque-aniversário**, Marinho afirmou que isso vai depender das negociações.

Os bancos, com apoio do Ministério da Fazenda, são contra a proposta do ministro.

A equipe econômica entende que o **FGTS** é prerrogativa do Ministério do Trabalho, mas considera incerto que o fim do **saque-aniversário** passe pelo Congresso Nacional, que aprovou a medida em 2019. Segundo um técnico, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está ciente do impasse, mas ainda não arbitrou a proposta.

ATRASSO NO DEPÓSITO Em meio a esse debate, os beneficiários nascidos em maio que escolheram o

saque-aniversário enfrentaram atrasos nos pagamentos deste mês. O depósito deveria ter acontecido até o dia 10. No entanto, muitos não haviam conseguido sacar até sexta-feira, quando a Caixa Econômica Federal afirmou que o crédito ficaria disponível ontem. Procurada pelo EXTRA, a instituição não informou se a situação havia sido normalizada.

Na sexta, a Caixa disse que houve um problema "pontual", mas não qual foi a falha nem quantas pessoas tiveram o depósito atrasado.

IMPASSE Bancos são contrários à proposta do ministro, e Lula ainda não tomou decisão

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Taxa real terá que ficar em 5,5% para equilibrar economia

Análise Alex Ribeiro De São Paulo

O boletim Focus sugere que a economia terá que operar com juros reais mais altos, em 5,5% ao ano, para manter a atividade em equilíbrio e evitar pressões inflacionárias. As projeções dos analistas econômicos para a taxa Selic nominal no fim de 2027 subiram de 8,5% para 9% na última semana. Antes, a Selic prevista para 2026 já havia atingido esse patamar. A previsão para 2028 também foi reajustada, de 8,5% para 8,75%.

As expectativas de **inflação** do mercado para a Selic no longo prazo são uma aproximação da taxa neutra de juros estimada pelo mercado, ou seja, aquela que mantém a economia em pleno emprego sem acelerar ou desacelerar a **inflação**. Atualmente, o mercado projeta **inflação** de 3,5% para o período de 2026 a 2028. Isso significa que a taxa de 9% representa, em termos reais, algo próximo de 5,5% ao ano.

Se as projeções do mercado estiverem corretas, isso será um problema a mais para o Banco Central (BC) na sua estratégia para colocar a **inflação**, que ficou em 3,69% nos 12 meses acumulados até abril, na meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 3%.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do BC reafirmou, em ata divulgada na semana passada, que vai manter a política monetária restritiva para baixar a **inflação** ao objetivo e para domar as expectativas de **inflação**. Para manter a política monetária contracionista, o BC tem que deixar a Selic acima da taxa neutra. Assim, quanto maior a taxa neutra, mais altos os juros que o BC deve praticar para segurar a atividade econômica e a **inflação**.

Desde abril, o mercado reviu em 1 ponto percentual a estimativa para os juros no fim deste ano, de 9% para 10%, em termos nominais. Cerca de metade desse esforço na taxa nominal pode estar ligada à reestimativa para a taxa neutra, que passou de 5% para 5,5%, segundo as projeções de longo prazo do boletim Focus.

Atualmente, o BC trabalha com uma taxa neutra de 4,5% ao ano, que já era inferior à estimada pelo mercado. O BC deverá informar sua estimativa sobre a taxa neutra em junho, no Relatório de **Inflação**.

O boletim Focus não tem informações sobre o que poderia ter causado esse novo aumento da taxa neutra, mas é possível que esteja ligado ao cenário internacional mais negativo e à piora de percepção de risco fiscal pelo mercado. Há várias formas de estimar a taxa neutra, e uma das mais populares é simplesmente usar a taxa neutra internacional acrescida de um prêmio de risco para o Brasil.

Parte dos economistas está revendo para cima as suas estimativas da taxa neutra dos Estados Unidos, diante da dificuldade do banco central americano em baixar a **inflação**. A revisão da meta de resultado primário para 2025 e anos seguintes feita no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deixou os especialistas mais preocupados com a sustentabilidade da dívida pública.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187879>

Japão tem maior retorno de títulos desde 2013

Yumi Teso e Hidenori Yamanaka Bloomberg

O rendimento dos títulos do governo do Japão subiu para o nível mais alto desde 2013, devido a apostas de que o banco central aumentará ainda mais as taxas de juros para apoiar o iene. O retorno dos títulos da dívida pública de 10 anos subiu ontem 2,5 pontos base para 0,975%, um nível visto pela última vez quando o então recém-nomeado presidente do Banco do Japão (BoJ, banco central japonês), Haruhiko Kuroda, apenas iniciava uma flexibilização monetária radical no país.

Agora, sob o seu sucessor, Kazuo Ueda, o rendimento está se aproximando marca de 1%, observada de perto, à medida que os responsáveis pelo BoJ sinalizam que estão prontos para aumentar os custos dos empréstimos se os trabalhadores conseguirem salários mais elevados que reduzam o fardo da **inflação**. Isto está muito longe dos rendimentos negativos observados até recentemente, em 2020, quando a queda dos preços pesou sobre os lucros das empresas e levou os consumidores a adiar as compras na esperança de que as coisas ficassem mais baratas.

Os rendimentos da dívida com vencimento entre 20 e 30 anos também subiram para os máximos da década, aumentando as expectativas de que os investidores japoneses de longo prazo colocarão mais recursos na dívida interna, em vez dos mercados dos EUA e da Europa. "O rendimento de 10 anos aumentou gradualmente com base na visão de que o Banco do Japão aumentará as taxas de juros mais cedo e reduzirá os valores de compra de títulos em suas operações", disse Naoya Hasegawa, estrategista-chefe de títulos da Okasan Securities.

Pode haver um pouco mais de interesse de compra para este vencimento em torno do nível de 1%, mas a pressão de venda no longo prazo da curva de rendimentos deverá continuar, disse Hasegawa.

Os investidores estão analisando dados e declarações dos membros do banco central para tentar prever o próximo movimento do Banco do Japão. A Pimco vê a perspectiva de mais três movimentos este ano. O chefe de taxas inter-nacionais da Vanguard, Ales Koutny, espera aumentos para cerca de 0,75% até o final do ano.

Em contraste com as opiniões da Pimco e da Vanguard, a Alliance-Bernstein afirmou na semana passada que o BoJ provavelmente preferirá a redução do seu vasto balanço em vez do aumento das taxas de juro. Isso é importante para o mercado cambial porque a enorme disparidade nos rendimentos entre o Japão e o resto do mundo levou o iene à mínima dos últimos 34 anos em relação ao dólar. Mesmo depois de o rendimento de 10 anos do Japão ter subido, o seu par americano ainda está cerca de 3,4 pontos percentuais mais alto, embora tenha descido de mais de 4,1 pontos. Com o movimento, o iene caiu 0,1% em relação ao dólar, cotado a 155,74 no final do dia em Tóquio.

Ueda disse ao primeiro-ministro Fumio Kishida no início deste mês que está observando o impacto do iene sobre os preços. Ele afirmou no Parlamento que "poderia ser necessária uma resposta de política monetária".

"Chegara 1%, ou mesmo ultrapassar 1%, é uma questão de tempo, a menos que os dados dos EUA enfraqueçam e as taxas americanas caiam com velocidade", disse Shoki Omori, estrategista-chefe da Mizuho.

A **inflação** do Japão tem ficado acima da meta do banco central de 2% todos os meses desde abril de 2022. Refletindo essa tendência, um leilão de títulos indexados pela **inflação** com prazo de 10 anos registou na segunda-feira a maior demanda desde agosto de 2007. Entretanto, o mercado de swaps indexados pelo overnight prevê uma probabilidade de cerca de 57% de que o Banco do Japão aumente as taxas até julho, em comparação com probabilidades de cerca de 50% no início de maio.

Os estrategistas do Goldman Sachs prevê em agora que o rendimento do título soberano do Japão de 10 anos aumentará para 2% até ao final de 2026, com base nas expectativas de que o banco central irá entregar um ciclo de aperto "prolongado". Eles esperam que o Banco do Japão aumente as taxas de juros para a faixa entre 1,25% e 1,50% até 2027, de acordo com uma nota datada de sexta-feira de George Cole e Bill Zu.

"Acreditamos que este aumento nos rendimentos

nominais será liderado pelo aumento das expectativas de **inflação** e as taxas reais serão relativamente contidas", escreveram. Ainda assim, "é improvável que as taxas reais no Japão caiam dos níveis atuais, dada a probabilidade de aumentos em resposta à maior pressão inflacionária a partir daqui".

"Pode ser necessária uma resposta da política monetária para conter o iene" Kazuo Ueda

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187879>